

Hospitais garantem atendimento, mesmo sem contrato.

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess) e a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) esclareceram ontem, através de uma nota divulgada à imprensa, que os hospitais privados contratados do Inamps proseguirão no atendimento aos previdenciários em todo o País, embora tenham decidido, por unanimidade, não assinar o novo contrato-padrão proposto pela Previdência Social através de portaria ministerial. Os proprietários de hospitais particulares apontam três motivos para não assinarem o contrato: a intervenção do Estado no hospital por até 180 dias; a indefinição de valores, prazos e condições de reajuste; e a atribuição de responsabilidade civil e penal ao hospital por atos de terceiros.

A duas entidades afirmam que não houve, em nenhum momento, ameaça de "locaute" generalizado no atendimento à população, como afirmou o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. Segundo a nota, não haverá paralisação no atendimento à população mesmo após o próximo dia 18, quando vence o atual contrato, a não ser que a Previdência descredencie os hospitais, assumindo o Ministério, neste caso, a responsabilidade perante a opinião pública.

A Fenaess e a FBH afirmam que a decisão da categoria se estende por todos os Estados, e não se restringe a "uma expressão de um movimento de cúpula com base na região metropolitana de São Paulo, representando uma ameaça descabida de desobediência civil, como entende o ministro".

As federações destacam que os hospitais não têm como finalidade, ao recusarem o novo contrato, ampliar seu poder de barganha referente ao reajuste dos serviços contratados. Esclarecem também que os hospitais não estão recusando informar aos segurados, mediante aviso em local visível, que o serviço é rigorosamente gratuito.

Os presidentes da Fenaess, Ubiratan Dellape, e da FBH, Sílio Andrade, estarão hoje em Brasília, no Ministério da Previdência, para entregar oficialmente ao ministro as posições e reivindicações da categoria.

Rio de Janeiro

Representantes de 390 hospitais do Rio decidiram ontem, em assembleia-geral, apoiar a decisão da Federação Brasileira de Hospitais de não assinar o novo contrato-padrão proposto pelo Inamps. Todas as regionais da Associação de Hospitais do Rio de Janeiro irão se reunir hoje e amanhã para estabelecer um prazo de 15 dias para a entrega das procurações que darão à Associação poderes para discutir e assinar (ou não) o novo contrato.

Os donos dos hospitais fluminenses não escondiam ontem a sua revolta diante dos termos desse novo contrato, principalmente com as 2ª e 15ª cláusulas, que consideram uma interferência "direta, anti-ética e ilegal" do Estado na iniciativa privada. Eles já estão chamando o documento de "o AI-5 da Previdência", pela sua semelhança com o Ato Institucional que oficializou o fim das instituições democráticas no País.

O contrato foi classificado de "perigoso" já que, segundo os médicos, dá a qualquer autoridade regional do Inamps, autoridade e poderes para fechar um hospital por não considerá-lo idôneo.

O vice-presidente da Federação Brasileira de Hospitais e presidente da Associação de Hospitais do Rio de Janeiro, o médico Mansur José Mansur disse que os donos dos hospitais não estão contra todas as medidas adotadas pelo governo, até abrirem mão de algumas divergências para não prejudicar o diálogo que vinha sendo mantido. "Mas consideram as cláusulas 2ª e 15ª do novo contrato um arbítrio sem precedentes em qualquer regime democrático."

A cláusula segunda, por exemplo, veda ao contratado efetuar cobranças ou permitir que terceiros cobrem dos conveniados. Explica Mansur: "A grande perversidade dessa cláusula é que ela transfere para os hospitais a responsabilidade de punir os médicos que cobram por fora, quando essa responsabilidade é do próprio Inamps".

Nova tabela

Até abril ou maio o ministro Raphael de Almeida Magalhães espera resolver definitivamente o impasse entre a Previdência Social e os hospitais privados, com a aprovação de uma nova tabela de preços para os serviços contratados. A tabela será elaborada após conclusões de um estudo sobre os custos reais destes serviços com a participação de representantes da rede hospitalar privada.

A comissão está analisando os custos dos serviços prestados pelas diversas modalidades de atendimento, dando inclusive acesso à rede hospitalar privada aos custos dos hospitais próprios, antiga reivindicação da categoria. Por isso o ministro disse estranhar que justamente agora — após três reajustes sucessivos — os hospitais contratados ameacem a Previdência com a desobediência civil, por discordarem de duas cláusulas imprescindíveis ao direito público do novo contrato-padrão, definindo o relacionamento entre o Inamps e os serviços credenciados.

O ministro disse reconhecer o aviltamento dos custos dos serviços hospitalares — com uma defasagem estimada ainda de 15% —, situação que espera solucionar o mais rápido possível. Observou porém, que este aviltamento vem desde os governos anteriores e nunca soube de nenhuma ameaça de desobediência civil por parte da rede privada.

Previsão: em oito anos, menos cárie entre crianças paulistas.

Em razão do consumo generalizado de água contendo flúor, cerca de 35% das crianças paulistas ficarão protegidas contra a cárie dental nos próximos oito anos. A previsão foi feita ontem, na abertura do 1º Congresso Nacional de Odontologia, pelo professor Oswaldo Buendia, da Faculdade de Odontologia da USP, ao mostrar o avanço e os benefícios da fluoretação da água para abastecimento no Estado de São Paulo.

O professor Buendia participou do primeiro simpósio programado para o 1º Congresso Nacional de Odontologia, promovido pelo Sindicato dos Odontologistas de São Paulo no Palácio das Convenções do Parque Anhembi. Buendia calcula que metade da população brasileira com idade superior a 40 anos não tem 50% dos dentes. As causas predominantes para essa incomum perda dentária, pondera o professor, "são a cárie e a doença periodontal ou gengival, que flagelam 98% dos brasileiros com qualquer idade".

A consequência da perda dentária, esclarece Buendia, não é exclusivamente estética, pois a falta de apenas um dente torna-se determinante para a posição correta de todos os outros, prejudicando a mastigação, a digestão, a nutrição e, portanto, a própria saúde do ser humano. Para ele, "a cárie dental é uma calamidade no Brasil".